



**ASPECTOS DA HISTÓRIA DO BERÇÁRIO “MÃE CRISTINA”,
MARÍLIA/SP (1966-2013)**

JOSIANE DE MOURA DIAS MARQUIZELI*

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender aspectos da história do Berçário “Mãe Cristina”, de Marília/SP¹, apresento, neste texto, resultados parciais de pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília/SP e à linha “Memória e história da educação” do Grupo de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHELLB)². O objetivo da pesquisa é contribuir para a produção da história e preservação da memória da educação no município de Marília/SP. Para tanto, elaborei um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, contendo a relação de textos *de e sobre o* Berçário “Mãe Cristina”, no período compreendido entre 1966 e 2013. Dessa atividade de pesquisa, resultou o documento intitulado *Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa (MARQUIZELI, 2016), no qual estão reunidas 88 referências de textos.

Nesta pesquisa, optei pela definição legal de educação infantil “[...] primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da

* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus Marília/SP, email: josimarquizele@gmail.com. Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário Longo Mortatti e-mail: mrosario@marilia.unesp.br

¹ A cidade de Marília está localizada na região Centro Oeste do Estado de São Paulo, a uma distância de 443 quilômetros da capital.

² O GPHELLB decorre do Programa de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (PPHELLB), e, desse grupo e desse programa de pesquisa, em funcionamento desde 1994, resultou o Projeto Integrado de Pesquisa “História do ensino de Língua e Literatura no Brasil” (PIPELLB), em desenvolvimento desde 1995, todos coordenados pela Profª. Drª. Maria do Rosário Longo Mortatti. O GPHELLB, o PPHELLB e o PIPHELLB estão organizados em torno de tema geral, método de investigação e objetivo geral, que são comuns a todas as pesquisas de seus integrantes. O tema geral — ensino de língua e literatura no Brasil — se subdivide em seis linhas de pesquisa: “História da formação de professores”; “História da alfabetização”; “História do ensino de língua portuguesa”; “História do ensino de literatura”; “História da literatura infantil e juvenil” e “Memória e história da educação”. Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq; certificado pela UNESP. Informações disponíveis em: <http://www.marilia.unesp.br/gphellb>. Atualmente, esse grupo tem como líder Profª. Drª. Maria do Rosário Longo Mortatti e, como vice-líder, Profª. Dra. Rosa Fátima de Souza.

família e da comunidade”. (BRASIL, 2013:2). Para tanto, a educação infantil será oferecida em “[...] creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade [...]”. (BRASIL, 1996: 10).

Antes da Constituição Federal de 1988, “[p]ode-se falar de ‘educação infantil’ em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva.”(KUHLMANN JR., 2003: 469-470).

Atualmente, nos documentos oficiais nacionais sobre educação infantil, a creche e pré-escolas são caracterizadas como

“[...] espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.” (BRASIL, 2013:12).

Não localizei, até o momento, a definição legal de berçário, estou pesquisando nos documentos oficiais. No dicionário de Língua Portuguesa *on-line*, encontrei uma definição generalista, “instituição que cuida de crianças recém-nascidas ou de colo durante o dia; creche”.

A análise preliminar dos documentos possibilita compreender aspectos importantes da história da educação infantil mariliense e brasileira nas décadas finais do século XX, evidenciando a importância do Berçário “Mãe Cristina” na história da educação infantil municipal. Com base em levantamento bibliográfico e documental, apresento, inicialmente, aspectos da história recente do Berçário “Mãe Cristina”, e na sequência, aspectos da história da educação infantil e das políticas públicas para a educação infantil no Brasil, e por fim, as considerações finais.

No âmbito dos estudos brasileiros sobre história da educação, pensar o “lugar” da educação infantil tem sua relevância, uma vez que o atendimento pelo poder público às crianças de zero a três anos de idade, como parte do sistema de educação é recente, e possui aspectos pouco explorados.

1. Aspectos da História do Berçário “Mãe Cristina”, Marília/SP

O Berçário “Mãe Cristina” inicialmente se denominava Creche “Ignácio de Loyola Torres” e tinha cunho assistencialista. Segundo Lara (1991:183), “[e]m 19 de fevereiro de

1961, o Centro Espírita ‘Amantes da Pobreza’, resolveu fundar uma creche para o atendimento à infância desvalida”, adquirido o terreno, deu-se início à construção, “[...] não parou até sua inauguração em 23 de julho de 1966, tendo concorrido para apressá-la o Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor” (LARA, 1991:183). Embora criada pelo Centro Espírita “Amantes da Pobreza”, a creche teve “personalidade jurídica” e foi filiada ao “Instituto Assistencial Espírita de Marília.” (LARA, 1991:183).

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” apesar de atender crianças em idade pré-escolar, de zero a sete anos, priorizava os cuidados e a assistência alimentar, tinha basicamente a função de “guardar as crianças.” (KISHIMOTO, 1988:25).

Segundo Lara (1991:183), no início da década de 1990, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” prestava “[...] assistência a 80 menores de ambos os sexos que recebem quatro refeições diárias e ensino maternal, este ministrado por uma professora municipal. Os menores regressam aos seus lares e possibilitam às suas mães o trabalho durante o dia”.

No sábado do dia seis, do mês de setembro, do ano de 1997, foi inaugurado o primeiro berçário público no município de Marília/SP, Berçário “Mãe Cristina”. Os dois jornais ³ de maior circulação na cidade de Marília/SP, o *Jornal da Manhã* e o jornal *Diário de Marília*, noticiaram matérias jornalísticas informando a inauguração do Berçário Municipal.

No dia da inauguração do Berçário “Mãe Cristina”, o jornal *Diário de Marília* destacou que Berçário foi “[...] considerado um projeto piloto de caráter educativo” (EDUCAÇÃO..., 1997:8 A), com um “[...] padrão de estrutura e atendimento que transforma o serviço em modelo para a cidade” (EDUCAÇÃO..., 1997:8 A). O jornal informou que objetivo da secretária Municipal da Educação, Célia Regina Carmanhani Branco, era “[...] atender famílias de baixa renda que a mãe precise trabalhar” (EDUCAÇÃO..., 1997:8 A) e que os interessados em efetuar a matrícula deveriam apresentar “[...] atestado de trabalho com informações sobre a renda.” (EDUCAÇÃO..., 1997:8 A).

No dia seguinte, o *Jornal Diário de Marília* (BAIRROS..., 1997: 11 A) noticiou aspectos da inauguração, tais como: a presença 200 pessoas, dentre elas, o prefeito da cidade, a secretária municipal da educação e o juiz de direito Emanuel Tavares Costa, que trabalhou na Vara da Infância e Juventude em Marília; ressaltou a parceria da prefeitura municipal com

³ Nos dois jornais, o *Jornal da Manhã* e o jornal *Diário de Marília*, não constam, a informação dos jornalistas que escreveram as matérias.

“[...] a Secretaria Estadual da Criança e Bem estar Social para viabilizar o projeto, com um repasse de 216 mil reais”. (BAIRROS..., 1997: 11 A).

O *Jornal da Manhã* (PREFEITURA..., 1997: 6), noticiou que o Berçário “Mãe Cristina” foi criado para atender crianças de três meses a dois anos de idade, “[...] permitindo às mães da periferia que trabalham fora aumentar sua renda familiar” (PREFEITURA..., 1997: 6). A matéria do jornal fez alguns informes, tais como: que “[a]s crianças que eram atendidas pela creche ‘Ignácio de Loyola Torres’ foram transferidas para as Escolas Municipais de Educação Infantil” (PREFEITURA..., 1997: 6); que a ordem de chegada, no Berçário, para efetuar a matrícula não valeria “[...] para a seleção das crianças, as assistentes sociais é que vão acompanhar o processo de matrícula” (PREFEITURA..., 1997: 6); e que o Berçário contava com um “ambulatório com pediatra, enfermeira e auxiliar de enfermagem para atendimento as crianças” (PREFEITURA..., 1997: 6). Ainda, segundo o *Jornal da Manhã*, o prefeito municipal de Marília/SP, disse que a inauguração do berçário “[...] é mais um compromisso assumido com a população mais carente da cidade.” (PREFEITURA: 1997: 6).

Dentre os principais aspectos, no âmbito dessa instituição, destaca-se a visita de uma comissão de educadores, da região noroeste do Estado de São Paulo, tendo o Berçário “Mãe Cristina” como “referência”; o desenvolvimento do projeto “Meu broto de leitura” e a criação de uma biblioteca destinada especificamente aos bebês.

O Berçário “Mãe Cristina”, além de ter sido a primeira creche municipal de Marília/SP, ele foi considerado uma das creches modelos da região de Marília, pós LDB de 1996. No ano de 2003, o *Jornal da Manhã*, noticiou uma visita intermunicipal à instituição,

[u]ma comissão de educadores de Penápolis, na região Noroeste do Estado, esteve ontem em Marília para conhecer o sistema municipal de ensino. O município da região de Araçatuba possui creches, que não se adequam às novas leis federais, com vigência desde 1996, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A intenção do grupo é levar a necessidade de mudanças para o poder público municipal, tendo o ensino da cidade ‘Símbolo de Amor e Liberdade’ como referência. (COMISSÃO..., 2003:4).

Um aspecto, de destaque nacional do Berçário “Mãe Cristina”, foi a participação no prêmio “Viva Leitura”⁴, em 2006 e a premiação no 6º Edição do Congresso de Arte e

⁴ O Prêmio VIVALEITURA foi criado em 2006, como desdobramento do Ano Ibero-americano da Leitura. Ele é uma ação conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e integra o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL, de acordo com o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, conforme artigo 11. O Prêmio

Educação do Teatro de Tábuas, em 2008. Segundo a matéria do *Jornal da Manhã* (BERÇÁRIO..., 2006: 3), foram inscritos na primeira edição do prêmio “Viva Leitura”, “[m]ais de três mil trabalhos de todos os Estados [...]” (BERÇÁRIO..., 2006: 3), inclusive o Berçário “Mãe Cristina” com o projeto “Meu broto de leitura...Leitura de Histórias, Contos, Poesias...para bebês”, desenvolvido pela professora Creuza Prates Galindo Soares. A iniciativa desse trabalho surgiu “[...] do desenvolvimento do projeto ‘Entre na Roda’, realizado pela Prefeitura de Marília e Secretaria Municipal da Educação, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e a fundação Volkswagen [...]” (BERÇÁRIO..., 2006: 3). Ainda segundo o *Jornal da Manhã* (BERÇÁRIO..., 2006: 3), após ter concorrido dentre 1350 projetos inscritos, o Berçário “Mãe Cristina” ficou entre os 15 finalistas em todo o Brasil para concorrer ao prêmio “Viva Leitura”, repercutindo positivamente em âmbito regional e nacional, com a publicação de uma matéria na revista de circulação nacional “Prêmio Viva Leitura 2006.”

Após o destaque nacional do Berçário “Mãe Cristina” com o projeto “Meu broto de leitura...Leitura de Histórias, Contos, Poesias...para bebês”, em agosto de 2008 o Berçário inaugura uma biblioteca para bebês. O *Jornal da Manhã* noticiou a inauguração do “[...] espaço para incentivar a leitura nos primeiros anos de vida” (BERÇÁRIO..., 2008: 5). Carinhosamente chamada de “bebeteca”, “[...] a biblioteca recebeu o nome da escritora Lu Martinez⁵, de São Paulo” (BERÇÁRIO..., 2008: 5). Segundo o *Jornal da Manhã* (BERÇÁRIO..., 2008: 5), os exemplares de livros do acervo da biblioteca foram reunidos com o auxílio de uma bibliotecária da Universidade Estadual Paulista - UNESP de Marília/SP, são frutos de doações das famílias, colaborações dos autores e também adquiridos e enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Tendo em vista os aspectos da criação do Berçário, destaco que a instituição é fruto da parceria da prefeitura municipal de Marília, do governo do estado de São Paulo, com a instituição religiosa mantenedora do prédio; e continua em funcionamento até hoje, com a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI Mãe Cristina.

VIVALEITURA tem por objetivo estimular, fomentar e reconhecer as boas práticas de leitura provenientes de todo o país em quatro categorias, a saber: Biblioteca Viva, Escola promotora de leitura, Territórios da leitura e Cidadão promotor de leitura. Disponível em: <<http://premiovivaletura.org.br/edital/default.asp>>.

⁵ Lu Martinez é empresária e escreveu para o público infantil de zero a cinco anos após o nascimento do seu filho, em 2006. Suas publicações são: *O chá na chaleira*, *No fundo do mar*, *“Monstrinhos camaradas”*.

2. Aspectos da História da educação infantil no Brasil

A história das instituições de educação infantil “[...] não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, onde o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história.” (KUHLMANN JR., 1991: 18).

Segundo Kuhlmann Jr. (2010:77) “[...] há uma diversidade de opiniões sobre as causas e os temas que teriam influenciado a constituição das instituições pré-escolares – creches, escolas maternais e jardins de infância”, para ele o “campo” da assistência a infância é resultado “[...] da articulação de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos [...]” (KUHLMANN JR, 2010:77); a maternidade, o trabalho feminino e o processo de constituição da sociedade capitalista, também, são aspectos presentes na história das instituições de educação infantil.

Para Kuhlmann Jr. (2003: 469-470)

[e]ssas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização. A grande expansão das relações internacionais, na segunda metade do século XIX, proporciona a difusão das instituições de educação infantil, que começam a chegar no Brasil na década de 1870.

Segundo Kishimoto (1988:24) internacionalmente “[...] as primeiras creches distinguem-se das casas de proteção aos órfãos, por incorporar o objetivo social de amparar crianças, geralmente recém-nascidas, até a idade de 2 a 3 anos, durante a jornada diária dos trabalhadores [...]” ; no Brasil, à organização das primeira creches são registradas no início do século XX, “[...] com uma clientela composta basicamente de filhos de indigentes e órfãos” (KISHIMOTO, 1988:24). Em São Paulo, “[...] as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam nos núcleos urbanos, fruto de deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida.”. (KISHIMOTO, 1988:24).

Para Leite Filho e Nunes (2013:68),

[n]o Brasil, até o final do século XX, os formatos predominantes de atendimento às crianças de zero a seis anos (creche e jardim de infância), embora poucos, acabam por desobrigar o Estado de sua responsabilidade para com a educação das crianças na primeira infância, o que aos poucos foi construindo a ideia de que creche é destinada aos pobres e a pré-escola (jardim de infância), aos mais abastados. Apesar de haver controvérsias sobre essa dicotomia creche/jardim de infância,

registros evidenciam que, desde o seu surgimento, os jardins de infância, mantidos, sobretudo, por iniciativas privadas, foram oferecidos às crianças maiores (quatro a sete anos) e tinham como público-alvo crianças filhas da classe média – mães que podiam cuidar dos seus filhos até essa idade. As creches, por sua vez, iniciam atendendo a filhos de operárias e domésticas, crianças a partir dos primeiros meses de vida, e predominantemente eram mantidas pela iniciativa filantrópica, com algumas poucas exceções.

O movimento pela universalização e democratização da educação infantil adquiriu força a partir do final dos anos 1970, “[...] a sociedade civil buscou rapidamente se organizar, [...] objetivando responder às novas urgências sociais e políticas decorrentes das pressões pela ‘abertura política e pela reorganização democrática das instituições e relações sociais.’” (MORTATTI, 2000: 257).

Para Leite Filho e Nunes (2013:69), “[a] década de 1980 foi decisiva na formulação de uma consciência e de uma nova postura em relação aos direitos das populações infantis e juvenis.” Com o fim do regime militar de governo, em 1985, “[c]omeçava a ser admitida a ideia de que a creche não dizia respeito à mulher ou à família, mas também ao Estado e às empresas” (OLIVEIRA, 2011:115).

Na Constituição Federal de 1988, “[a] educação das crianças, concebida antes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional [...]” (LEITE FILHO; NUNES, 2013:71).

[L]utas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creche, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino”. (OLIVEIRA, 2011:115).

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro passou por reformas neoliberais, um processo de “redefinição” do papel do Estado e também uma “[...] reconfiguração das relações entre as esferas públicas e privadas geradas pelo novo papel atribuído ao Estado a partir de então, com base na justificativa de maior eficiência e racionalização de gastos [...]” (MORTATTI, 2010: 335). Na política educacional brasileira “[...] articulam-se processos *de descentralização e centralização (administrativa, financeira e pedagógica)*, característicos do contexto [...]” (MORTATTI, 2010: 334, grifos da autora).

No que se referiu ao processo de descentralização da educação, a municipalização da educação no estado de São Paulo iniciou efetivamente em 1995, com base na Constituição Federal de 1988, que prevê a obrigatoriedade dos municípios atuarem com prioridade no

ensino fundamental e na educação infantil e foi impulsionada pela efetivação da nova Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDBEN, de 1996.

Em 1996 foi aprovada uma nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDBEN 9394/96, que constituiu a educação infantil como etapa inicial da educação básica e estabeleceu “[...] o atendimento a crianças em creches (até 3 anos de idade) e pré-escolas (de 4 a 5 anos) [...]”. (OLIVEIRA, 2011:35). Essa lei, segundo Oliveira (2011:118), ampliou o conceito de educação básica e aumentou as responsabilidades das unidades, definindo “[...] níveis de responsabilidades sobre a regulamentação da educação infantil dentro dos sistemas de ensino estaduais e municipais enquanto sistemas próprios ou integrados”.

No âmbito das políticas públicas, o governo do Estado de São Paulo, entre os anos 1996 e 1997, publicou decretos estaduais autorizando a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social a celebrar convênios para transferência de recursos financeiros aos municípios paulistas para a construção, reforma ou ampliação de núcleos de promoção social ou creches municipais. É nesse cenário educacional e contexto político em que se insere o Berçário “Mãe Cristina”, que foi inaugurado, em 1997⁶.

Historicamente, é possível observar que as políticas para a educação infantil no Brasil são conquistas recentes,

[o] atendimento à crianças de zero a seis anos ficou historicamente vinculado às ações dos ministérios: da Saúde, da Previdência e da Assistência Social e da Justiça, mas não foi assumido integralmente por nenhum deles, pois não constituiu dever do Estado até 1988. (LEITE FILHO; NUNES, 2013:69-70).

Considerações

As reflexões e as análises que realizei até o momento me permitem elaborar algumas proposições sobre o Berçário “Mãe Cristina” e a educação infantil no Brasil.

No estudo preliminar do Berçário “Mãe Cristina” é possível observar a presença da doutrina espírita no atendimento e amparo a infância mariliense, confirmando que a educação infantil no Brasil apresenta aspectos de uma educação com “caráter espiritualista”. A implantação da educação infantil municipal, creche, havia vestígios de uma educação com caráter de atendimento assistencial e médico, sendo assim, “[...] relacionam-se dialeticamente

⁶ O Berçário “Mãe Cristina” foi criado oficialmente pela Lei Municipal 4397 em 06/03/1998. Fonte: MARQUIZELI (2016)

diferenças e semelhanças, continuidade e descontinuidade, passado, presente e futuro [...]” (MORTATTI, 2000:27), na história da educação.

Os resultados parciais da pesquisa evidenciam que o Berçário “Mãe Cristina” foi pioneiro e considerado exemplar para as creches da região a partir de 1997, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, e também contribuiu para o início das instituições de educação infantil de zero a três anos no município de Marília/SP.

Após quase vinte anos da inauguração do primeiro Berçário Municipal de Marília/SP, “Berçário Mãe Cristina”, o atendimento com número suficiente de vagas na educação infantil, creche, ainda é uma tarefa a se realizar no município de Marília/SP, conforme lista de espera de vagas para creche, disponível para consulta no prédio da Secretaria Municipal da Educação de Marília/SP e notícias vinculadas nos meios de comunicação municipal.

No âmbito da história recente da educação no Brasil, a importância do movimento político em favor do atendimento pelo poder público às crianças de zero a três anos de idade, como parte do sistema de educação nacional, foi de incontestável valia, garantindo a expansão da educação infantil pública, mas o pertencimento da creche ao sistema educacional ainda não garantiu a universalização do atendimento público nesse segmento.

Por fim, a compreensão da história da educação tem relações com o cenário mundial, nacional, regional, local, econômico, político, social, comercial e até religioso, e não apenas com o cenário educacional. Segundo Kuhlmann Jr. (2017) a história da educação esta situada no quadro das relações sociais,

A educação está situada no interior da sociedade e não de forma restrita no interior de uma delimitação escolar, referida a instituições, legislação ou concepções pedagógicas vistas de forma isolada. O Estado e as políticas públicas, as formações sociais -envolvendo relações internacionais, congressos, grupos religiosos, ligas e associações -, a organização e a administração dos sistemas educacionais, a formação docente, as divisões etárias, as concepções educacionais, as propostas de atividade, os diferentes conteúdos de ensino, assim como as fontes que nos informam sobre essas questões expressam relações sociais que constituem o processo histórico..(KUHLMANN JR., 2017:210).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira de Referências* (NBR 6023). Rio de Janeiro, 2002.

BAIRROS de periferia terão berçários. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 7 set. 1997. Diário Geral, p. 11A.

BERÇÁRIO esta entre finalistas do Prêmio Viva leitura. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 3, 17 set. 2006.

BERÇÁRIO ganha inédita 'bebeteca'. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 5, 27 ago. 2008.
EDUCAÇÃO inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, p. 8A, 6 set. 1997.

BRASIL. Presidência da Republica. Casa Civil. Lei nº 9394, de 23 de junho de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da Republica. Casa Civil. Lei nº 12796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1/>. Acesso em: 21 fev. 2017.

COMISSÃO de Penápolis conhece ensino. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 4, 29 abr. 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JUNIOR., Moysés. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: volume III, século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

KUHLMANN JUNIOR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de ; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN JUNIOR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUHLMANN JUNIOR., Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Caderno de Pesquisa*. São Paulo (78), p. 17-26, ago. 1991.

KUHLMANN JUNIOR., Moysés; LEONARDI, Paula. História da educação no quadro das relações sociais. *História da Educacional (on line)*. Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 207-227, jan./abr. 2017.

LARA, Paulo Corrêa de. *Marília, sua terra, sua gente*. Marília: Iguatemy comunicações, 1991.

LEITE FILHO, Aristeu; NUNES, Maria Fernanda. Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina (Org.). *Educação infantil: formação e responsabilidade*. 1 ed. Campinas: Papirus, 2013.

MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias. *Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa. Marília, São Paulo, 2016. (Digitado).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.44, p.329-341, maio/ago. 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PREFEITURA inaugura Berçário Municipal. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 6, 7 set. 1997.